

ESTADO DA ARTE SOBRE O ProBNCC: desdobramentos e mecanismos da política curricular

STATE OF THE ART ON ProBNCC: developments and mechanisms of curriculum policy

Anike A. Arnaud¹ - UESC 

RESUMO

No presente artigo busca-se apresentar uma análise crítica acerca do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) e sua atuação nos desdobramentos das políticas curriculares voltadas à educação básica no Brasil. Para isso, realizou-se uma pesquisa de estado da arte em pesquisas acadêmicas (artigos, dissertações, teses) e documentos normativos oficiais. A partir das implicações apontadas nas pesquisas, este estudo evidencia como o ProBNCC opera mediante dinâmicas de indução e regulação na esfera federal, reduzindo a autonomia de estados e municípios. Argumenta-se também que o programa promove homogeneização curricular ao impor um modelo prescritivo, com pouco espaço para adaptações locais, e com questionamentos sobre a natureza democrática e participativa do processo.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC; Indução de políticas; Homogeneização curricular.

ABSTRACT

This article seeks to provide a critical analysis of the Support Program for the Implementation of the National Common Curricular Base (ProBNCC), examining its role in shaping the trajectory of curriculum policies for basic education in Brazil. To this end, a state-of-the-art review was conducted, covering academic research (articles, dissertations, theses) and official normative documents. Based on the implications pointed out in these studies, this paper highlights how the ProBNCC operates through dynamics of induction and regulation at the federal level, reducing the autonomy of states and municipalities. It is also argued that the program promotes curricular homogenization by imposing a prescriptive model, leaving little room for local adaptations, while raising questions about the democratic and participatory nature of the process.

KEYWORDS: BNCC; Policy induction; Curricular homogenization.

¹ Licenciada em Química pela UEPG, Mestra e Doutora em Ensino de Química pela USP. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-MAIL: aarnaud@uesc.br.

O PROBNCC

Desde a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, diversas políticas voltadas à educação básica passaram por reconfigurações. Dentre essas mudanças, destaca-se a revisão dos currículos estaduais, conforme previsto no próprio texto da BNCC:

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica (Brasil, 2018a, p. 20).

Com o intuito de viabilizar a (re)elaboração dos currículos em conformidade com as orientações da BNCC, foi instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), concebido como instrumento de apoio técnico, formativo e financeiro aos entes federativos.

O ProBNCC foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria n.º 331, de 5 de abril de 2018, com o objetivo declarado de apoiar as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no processo de revisão, elaboração e implementação de currículos alinhados à BNCC. A política foi concebida para atuar em regime de colaboração, por meio da adesão voluntária dos estados e municípios.

O ProBNCC estrutura-se a partir de três eixos principais: assistência técnica, assistência financeira e formação continuada. A assistência técnica contempla ações como a disponibilização de plataformas digitais, materiais de orientação, consultorias e suporte à gestão. A assistência financeira é viabilizada por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), com recursos destinados às Secretarias Estaduais de Educação para apoio às atividades previstas no Programa. Já o eixo formativo envolve a concessão de bolsas de estudo e pesquisa para professores da rede pública, que atuam como coordenadores, redatores, formadores e articuladores no processo de elaboração e implementação dos currículos.

Para sua operacionalização, o Programa prevê a constituição de comissões estaduais de currículo, compostas por representantes das Secretarias Estaduais de Educação e das seccionais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Essas comissões são responsáveis por coordenar a elaboração dos currículos em âmbito estadual e municipal, promover ações de formação continuada e acompanhar a implementação dos documentos curriculares nas redes de ensino. O Programa também define perfis específicos para os bolsistas, com atribuições detalhadas em documentos orientadores, abrangendo atividades que vão desde a produção de materiais até a articulação com conselhos de educação e redes locais.

A implementação do ProBNCC foi organizada em ciclos de atuação, o primeiro contempla a elaboração ou revisão curricular em âmbito estadual, e o segundo a formação continuada das redes. As atividades desenvolvidas pelas equipes estaduais são orientadas por planos de trabalho e cronogramas definidos em conformidade com as diretrizes do MEC.

Ao longo de sua implementação, o ProBNCC passou por alterações normativas que ampliaram seu escopo, passando a incluir o Novo Ensino Médio (NEM) em 2019. Também foi articulado com outras iniciativas, como o Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio (ProNEM), financiado com recursos do Banco Mundial. O ProNEM foi uma iniciativa do MEC, desenvolvida em parceria com os estados e com apoio financeiro do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no âmbito de um contrato de

empréstimo firmado com o governo federal. Instituído como parte da agenda de reformas da educação básica, o Projeto visa apoiar técnica e financeiramente as Secretarias Estaduais de Educação na execução das mudanças previstas pela Lei n.º 13.415/2017, com o objetivo de “[...] apoiar a implementação da reforma do ensino médio e aumentar o índice de desenvolvimento da educação básica nas escolas do programa de fomento ao ensino médio em tempo integral” (Brasil, 2021, s.p.).

Uma característica central desse Projeto é a adoção de uma lógica de gestão por resultados, baseada no cumprimento de metas previamente pactuadas e monitoradas. O ProNEM também prevê a contratação de consultores para assessorar os estados em aspectos técnicos, como planejamento, avaliação e implementação curricular, além da criação de mecanismos de prestação de contas e avaliação externa por meio de atividades como:

- (i) Realizar análise diagnóstica e acompanhar a evolução dos indicadores da Matriz de Resultados do Acordo de Empréstimo e dos Programas; (ii) Elaborar diagnósticos educacionais que subsidiem o planejamento e a execução do NEM; (iii) Acompanhar o serviço das assistências técnicas relacionadas com a avaliação de processos e de impacto dos Programas; e (iv) Acompanhar e monitorar as assistências técnicas de apoio à implementação do Novo Ensino Médio (Brasil, 2021, s.p.).

Nesse modelo, a execução das ações é acompanhada por meio de indicadores de desempenho e a liberação dos recursos financeiros está condicionada ao cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Diante desse contexto de atuação do ProBNCC como política indutora da reformulação curricular nos sistemas de ensino, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente, à luz da literatura especializada, a atuação do ProBNCC nos desdobramentos das políticas curriculares voltadas à educação básica, com ênfase nas dinâmicas de indução, regulação e participação presentes no processo de reelaboração dos currículos estaduais.

PERCURSOS DA PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e crítica, fundamentada na compreensão de que as políticas educacionais não são neutras, mas se constituem em processos historicamente situados, atravessados por disputas de interesses, relações de poder e projetos societários. A perspectiva crítica compreende a política como prática social mediada por contradições e como campo de embates entre diferentes rationalidades formativas e concepções de educação (Apple, 2006; Ball, 2021; Libâneo, 2016). Assim, compreende-se que a análise da atuação do ProBNCC exige a consideração de os condicionantes estruturais, os modos de regulação adotados e os efeitos sobre os sujeitos e instituições envolvidas na construção curricular.

Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa do tipo Estado da Arte com o objetivo de identificar, mapear e analisar as produções acadêmicas que abordam o ProBNCC. O estado da arte, conforme apontam Santos *et al.* (2020) e Jacomini *et al.* (2023), permite compreender como determinado objeto tem sido tematizado na literatura científica, evidenciando recorrências, lacunas, tendências teórico-metodológicas e modos de problematização.

A partir dessa orientação metodológica, procedeu-se à seleção e análise de textos acadêmicos que discutem o ProBNCC. Com base nos procedimentos próprios de uma pesquisa do tipo estado da arte (Santos *et al.*, 2020), foram definidos critérios de busca que possibilitaram uma ampla identificação de produções acadêmicas. Para isso, foram utilizadas como palavras-

chave o próprio nome do programa “ProBNCC” e “Pro-BNCC”. Realizaram-se buscas em diferentes bases de dados acadêmicas e repositórios institucionais: o Portal de Periódicos da CAPES², a base SciELO³, o Google Acadêmico⁴, o portal ERIC⁵ (Education Resources Information Center), o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁶ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁷ (BDTD) (Quadro 1). Considerando tratar-se de uma investigação de estado da arte, não foi estabelecido um recorte temporal rígido, embora, em função da data de institucionalização do ProBNCC, os resultados encontrados concentrem-se a partir do ano de 2019.

Quadro 1: Busca de produções

Banco de dados	Número de documentos
Google Acadêmico	16
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	11
Portal de Periódicos Capes	5
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	4
ERIC	2
Scielo	0

Fonte: Autora.

Na definição dos critérios de inclusão e exclusão, optou-se por considerar todos os trabalhos localizados nas bases e repositórios consultados que apresentavam menção ao ProBNCC. Assim, nenhum dos artigos identificados na busca foi excluído do corpus da pesquisa, ainda que a pertinência de cada produção tenha sido analisada quanto à forma e à profundidade com que aborda a política. Contudo, em razão dos limites de extensão próprios de um artigo científico, nem todas as produções encontradas serão citadas ao longo do texto. A seleção para a exposição neste artigo prioriza aquelas que contribuem de maneira mais significativa para a compreensão da atuação do ProBNCC nos desdobramentos das políticas curriculares na educação básica.

Além da busca em produções acadêmicas, a análise incluiu consulta ao Diário Oficial da União (DOU), com o objetivo de localizar atos normativos referentes à criação, regulamentação e alterações na política do ProBNCC. Nesse sentido, também foram utilizados documentos disponíveis no site oficial do MEC⁸, incluindo orientações técnicas, guias de implementação e documentos orientadores destinados às equipes estaduais e municipais responsáveis pela execução do Programa. Os documentos foram: a) Portaria n.º 331, de 5 de abril de 2018 que institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação; b) portaria n.º 756, de 3 de abril de 2019 que altera a Portaria n.º 331, de 5 de abril de 2018; c) Aviso de licitação - Projeto

2 Link de acesso: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

3 Link de acesso: <https://www.scielo.br/>

4 Link de acesso: <https://scholar.google.com/?hl=pt-BR>

5 Link de acesso: <https://eric.ed.gov/>

6 Link de acesso: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

7 Link de acesso: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

8 Link de acesso: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/elb/programa-de-apoio-a-implementacao-da-base-nacional-comum-curricular-probncc>

de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio - Acordo de empréstimo n.º 8812-BR e 8813-BR; d) Documento Orientador do ProBNCC 2019; e) Critérios de leitura de currículos dos estados; e f) Material complementar para a (re)elaboração dos currículos.

Todos os documentos localizados foram organizados e analisados inicialmente com base em sua pertinência ao objetivo da pesquisa. Produções que apenas mencionavam o ProBNCC de forma pontual, sem desenvolver análise sobre sua atuação, não foram incorporados na análise, sendo esse o único critério de exclusão das produções. Por sua vez, os textos que se dedicavam a analisar o Programa foram selecionados para compor o corpus da análise, onde buscou-se identificar de que maneira a política foi caracterizada, quais desdobramentos foram apontados no processo de construção dos currículos estaduais e quais os principais mecanismos por meio dos quais o ProBNCC atuou como política pública de indução curricular.

Nesse sentido, a análise do material coletado foi realizada primeiro a partir de um agrupamento. Procedeu-se o agrupamento das produções em três grupos: aquelas que abordavam de maneira mais específica o ProBNCC, desenvolvendo análises críticas sobre sua atuação; aquelas que apenas mencionavam de forma geral junto à outras políticas, sem aprofundamento; e aquelas que discutiam contextos estaduais ou municipais específicos de implementação, permitindo observar como a política se materializou em realidades locais distintas. A análise concentrou-se prioritariamente no primeiro grupo, por fornecer elementos mais pertinentes para compreender os mecanismos e impactos do Programa. A partir desse mapeamento inicial, foi possível realizar a análise, sistematizando os principais impactos destacados pela literatura em torno de eixos centrais, que serão apresentados nas seções posteriores desse artigo.

PESQUISAS SOBRE PROBNCC

A maioria das publicações (majoritariamente artigos e trabalhos de eventos) identificadas na pesquisa menciona o ProBNCC de forma pontual, sem desenvolver uma análise crítica aprofundada de sua atuação como política pública. Em geral, essas produções fazem referência ao programa como parte do contexto de implementação da BNCC, destacando suas ações mais visíveis, como o repasse de recursos, a composição de equipes de redatores e os processos de elaboração curricular nos estados. É o caso de Lima e Ribeiro (2024, p. 2), que afirmam:

Com a implementação do programa ProBNCC, todos os estados e o Distrito Federal (DF) iniciaram o processo de revisão e/ou escrita de seus documentos curriculares. Em função do aporte financeiro do referido programa, os estados compuseram suas equipes de redatores, adotando diferentes estratégias de composição; em alguns casos, foram incluídos como redatores apenas professores da educação básica e, em outros, as equipes mesclaram professores de universidades nessa composição.

De forma semelhante, Freitas (2025) observa que os documentos orientadores do ProBNCC descrevem as atribuições dos bolsistas envolvidos no processo de implementação curricular, em conformidade com a formação recebida para o exercício dessa função. Nesse mesmo sentido, Paula e Silva (2021) apontam que a maior parte dos estados brasileiros enviou os currículos ao Conselho Nacional de Educação impulsionados pelas diretrizes e exigências do Programa.

Ainda que a maioria dos estudos opere nesse plano descritivo, algumas análises mais específicas destacam os desdobramentos do ProBNCC em contextos estaduais. No caso do Pará,

Negrão e Hora (2021) afirmam que a atuação do Programa aproximou estrategicamente o Ensino Médio do projeto educacional defendido pelo empresariado. Em Sergipe, a análise de Santos, Barreto e Fontany (2021), que participaram da elaboração curricular no estado, discute que diante das limitações impostas pela pandemia da covid-19, os seminários regionais foram substituídos por reuniões virtuais com cadastro prévio, o que restringiu a participação de diferentes segmentos da comunidade escolar.

Outro aspecto apontado na literatura refere-se à atuação do MEC na condução do Programa. Fávero, Centenário e Bukowski (2021) analisam a lógica verticalizada da política, identificando, por exemplo, o discurso do então secretário de Educação Básica, Jânio Macedo, segundo o qual a efetividade da BNCC dependeria da atuação dos professores, considerados peças-chave no processo. Segundo os autores, Macedo afirmava que os profissionais participantes de encontros formativos do ProBNCC seriam responsáveis por atuar como multiplicadores da proposta curricular em seus respectivos estados (Fávero; Centenário; Bukowski, 2021).

Alguns estudos presentes no corpus analisado vão além da descrição das ações do ProBNCC, propondo uma leitura crítica de seus efeitos nos processos de implementação curricular, mas ainda sem apresentar uma análise da atuação da política. Nesse conjunto, destaca-se a análise de Barreiros e Santos (2022), que explora as responsabilidades atribuídas aos atores envolvidos nas ações formativas do Programa. Segundo os autores, entre essas atribuições está a de assegurar, por meio das formações continuadas e demais ações, a implementação dos novos currículos, bem como oferecer apoio para que técnicos e gestores coordeneem a (re)elaboração dos projetos pedagógicos nas escolas. Esses movimentos são compreendidos como categorias de retorno a práticas já existentes no interior das escolas, mas que passam a ser redefinidas pelo desritor de “alinhamento à Base”, o que conferiria ao processo uma dimensão performativa da implementação.

Ainda segundo Barreiros e Santos (2022, p. 212), “[...] com as ações estabelecidas de acompanhar/monitorar é possível compreender que, para a efetivação de uma determinada política, é utilizada a ‘força da lei’ prevista no pacto interfederativo”, o que evidencia o caráter normativo da condução da política. Nessa perspectiva, os autores argumentam que o ProBNCC operou por meio de um controle técnico detalhado da condução dos processos estaduais de (re)elaboração curricular, articulando a disponibilização de recursos financeiros, a oferta de formações e o uso de instrumentos de monitoramento como estratégias centrais.

De modo complementar, Santos (2021) contribui com uma análise discursiva das estratégias políticas adotadas por diversas políticas, incluindo o ProBNCC. O autor argumenta que os movimentos retóricos presentes nos discursos oficiais se estruturam a partir de estratégias deliberativas que combinam apelos à participação com discursos de responsabilização e performatividade docente. Na análise de Santos (2021) caracteriza-se o discurso institucional do ProBNCC como dotado de elementos da retórica jurídica, ao associar o sucesso da implementação da BNCC ao cumprimento dos direitos de aprendizagem, cuja efetivação recairia sobre a vontade e o compromisso individual dos professores. Ao mesmo tempo, identifica elementos epidíticos que exaltam a BNCC como um instrumento capaz de “salvar” a educação brasileira, reforçando o tom normativo que permeia os documentos e ações do Programa.

Algumas pesquisas apresentam análises mais direcionadas da política do ProBNCC, as quais foram fundamentais para compreender seu funcionamento e embasar a análise desenvolvida neste estudo.

Quadro 2: Produções e estados brasileiros

Estado	Documento (Autoria)
Rio Grande do Norte	Dissertação (Martins, 2021), Dissertação (Costa, 2023), Dissertação (Lemos, 2023), Dissertação (Oliveira, 2023), Artigo (Oliveira, 2020), Artigo (Martins, Oliveira, 2021), Artigo (Oliveira, Dias, 2022).
Rio de Janeiro	Dissertação (Barbosa, 2020), Dissertação (Santana, 2021), Artigo (Oliveira, Dias, 2022).
Distrito Federal	Dissertação (Costa, 2022), Artigo (Machado, Jesus, 2024)
Amapá	Dissertação (Santos, 2020)
Ceará	Tese (Veras, 2022)
Roraima	Dissertação (Almeida, 2022)
Paraíba	Artigo (Silva, Batista, Leal, 2024)
Sergipe	Capítulo de livro (Meira, Dalmon, 2021)

Fonte: A autora

Embora a maior parte da produção identificada esteja concentrada no estado do Rio Grande do Norte, é importante destacar que todas as dissertações desse contexto foram desenvolvidas no mesmo programa de pós-graduação e sob a orientação da mesma pesquisadora, que também figura como coautora dos três artigos analisados. O estudo referente ao Rio de Janeiro, por sua vez, inclui a participação dessa mesma autoria e propõe uma comparação entre os casos do RN e do RJ. Já os demais estados (Paraíba, Sergipe, Ceará, Amazonas, Distrito Federal e Roraima) aparecem com apenas uma produção cada, o que evidencia que, apesar de o ProBNCC ter sido central no processo de produção curricular em todo o país, sua atuação não tem sido objeto de análise mais ampla em diferentes realidades estaduais.

Por exemplo, no contexto pandêmico, Martins e Oliveira (2021) analisam como o município de Itajaí/RN vivenciou a implementação do ProBNCC, destacando uma dinâmica fortemente indutiva e reguladora. Sem um sistema educacional próprio estruturado, o município precisou seguir as recomendações e portarias da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (SEEC/RN). A implementação da BNCC, iniciada presencialmente em 2019 com cinco encontros formativos para professores, supervisores e gestores, teve de ser rapidamente adaptada ao formato virtual devido à pandemia, com atividades ajustadas às necessidades de cada escola municipal. Como afirma um dirigente local participante da pesquisa de Martins e Oliveira (2021, p. 53451), “[...] anualmente o PPP é revisado e atualizado, e com isso, tem a flexibilidade para inserir as orientações da BNCC”. A pesquisa destaca, portanto, que a atuação do ProBNCC foi marcada por uma participação local mais executora do que deliberativa, ou seja, a pandemia reforçou um modelo verticalizado de política curricular.

Meira e Dalmon (2021, p. 28) analisam o ProBNCC como um exemplo relevante de coordenação e indução federativa, destacando que o programa combinou assistência financeira, técnica e de pessoal, atuando como “um tripé de apoio às redes unindo recursos financeiros, humanos e instrumentos de gestão” para suprir as necessidades das redes na implementação da BNCC. A coordenação ocorreu especialmente na elaboração de “combinados nacionais e na pactuação de responsabilidade realizada pelo MEC” (*Ibidem*, p. 28), além da facilitação de trocas de experiências entre entes federados.

Na perspectiva de Meira e Dalmon (2021) a indução foi impulsionada pelos incentivos financeiros e pela estrutura do regime de colaboração, estimulando comportamentos novos nas secretarias de educação, como a realização de reuniões extraordinárias e até contratações externas para consolidar documentos curriculares. Os autores trazem como exemplo o estado de Tocantins, onde o referencial curricular foi homologado em todos os 139 municípios como resultado, segundo os autores, de uma ação conjunta entre estado e municípios. Apesar dessas ações, os autores apontam limitações, como a dificuldade das secretarias em integrar as equipes técnicas à estrutura regular, levando a riscos de descontinuidade após o término do programa em 2020.

Medeiros e Silva (2020) destacam que o ProBNCC impactou fortemente a formação continuada docente ao alinhar discursos e práticas à lógica da BNCC, configurando-se como um dispositivo de indução normativa. As autoras apontam que, ao propor cursos de formação continuada, muitas vezes em formato online e flexível, o programa aciona discursos de “facilidades, flexibilidades e oportunidade de estudar em EAD” (Medeiros; Silva, 2020, p. 2), que escondem uma dimensão performativa e de autogestão, afastando os professores da construção criativa e coletiva de saberes pedagógicos. Além disso, elas alertam para o risco de esvaziamento da autonomia docente, já que “a habilidade técnica fica desvinculada da imaginação, da realidade tangível eposta em dúvida pela religião e pela lógica capitalista” (Sennett, 2019, p. 30, apud Medeiros; Silva, 2020). O estudo reforça que a BNCC, ao ser impulsionada por grupos hegemônicos e “thinktanks”⁹ (como apontado por Hypolito, 2019), promove a entrada de atores privados na definição das prioridades formativas, criando um mercado de produtos formativos que transforma professores em consumidores de conteúdos prontos e pré-definidos.

Oliveira e Dias (2022) analisam o regime de colaboração entre estado e municípios no Rio Grande do Norte como um espaço atravessado por práticas discursivas, tensões e disputas em torno da implementação da BNCC via ProBNCC. As autoras destacam que o ProBNCC atua como “[...] tentativa de construir consensos na intenção de influenciar e também regular a produção de propostas de formação continuada de docentes e dos respectivos currículos da educação básica” (Oliveira; Dias, 2022, p. 2), porém as escolas constroem suas próprias políticas de maneira relacional e contextual, independentemente das diretrizes centralizadoras. Um exemplo é o processo de “cascateamento”, no qual formações passavam dos técnicos estaduais para supervisores municipais, destes para coordenadores pedagógicos, e finalmente para os professores, evidenciando uma lógica de indução vertical, mas também espaços locais de ressignificação e apropriação.

Além disso, Oliveira e Dias (2022) problematizam as parcerias público-privadas, que surgem como mediadoras influentes na produção curricular e na formação docente, ampliando o caráter regulatório e prescritivo das ações, mas também criando zonas de ambivalência onde resistências e criações locais são possíveis.

Machado e Jesus (2024) analisam o processo de implementação do NEM no Distrito Federal, destacando as dinâmicas de indução, regulação e participação associadas ao ProNEM, programa alinhado às diretrizes do ProBNCC. A indução ocorreu por meio de apoio técnico e financeiro do MEC, que estabeleceu um “plano de implementação distrital” com escolas-piloto e formação continuada para gestores e professores, embora muitos destes relataram que precisaram buscar cursos complementares, dada a “[...] falta de aplicabilidade do curso realizado na prática docente” (Machado; Jesus, 2024, p. 8). A regulação foi reforçada pelo uso de normativas e pela

⁹Segundo Medeiros e Silva (2020) trata-se de um termo utilizado para representar especialistas que exercem influência no cenário político.

ausência de um sistema eficaz de escrituração escolar, o que gerou “[...] dificuldade de matricular e acompanhar as atividades escolares” (p.10), obrigando as escolas a recorrerem a registros manuais. Quanto à participação, apesar de consultas públicas virtuais prévias, os dados revelam baixa adesão de estudantes e familiares, agravada pelo ensino remoto imposto pela pandemia: “os entrevistados relataram a baixa participação dos estudantes nas atividades online e a falta de acompanhamento dos familiares” (p. 15-16). Essa conjuntura gerou sentimento de desamparo nas escolas-piloto, e os autores recomendam que as experiências dessas unidades sejam ouvidas para corrigir falhas nas etapas seguintes de implementação.

O artigo de Oliveira, Lemos e Canuto (2023) analisa a implementação da BNCC no Brasil como parte de uma agenda global influenciada pelo *Global Education Reform Movement (GERM)*, destacando o papel central do ProBNCC nesse processo. As autoras apontam que o programa é realizado sob a lógica neoliberal, articulando redes político-empresariais (como o Movimento Todos pela Educação, Movimento pela Base e Fundação Getúlio Vargas) que influenciam diretamente a formulação e implementação curricular, deslocando o centro das decisões da esfera estatal para o setor privado. As autoras também denunciam como as chamadas “boas práticas”, e a formação baseada em competências, servem como instrumentos para reforçar o controle sobre o fazer docente, transformando-o em um espetáculo gerenciado e monitorado, voltado à eficiência e competitividade.

Em outro conjunto de pesquisas destacam-se aquelas que analisaram contextos estaduais/municipais específicos de implementação, sendo que as teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso concentram-se majoritariamente nesse tipo de investigação. Por exemplo, Barbosa (2021) apresenta uma pesquisa na qual identificou que no estado do Rio de Janeiro, o ProBNCC operou como uma engrenagem centralizada de indução e regulação, reforçando um modelo de gestão pública com forte influência privada. Barbosa (2021) identifica três eixos centrais no processo: privatização, pseudoparticipação e regulação. A presença do empresariado e de consultorias privadas, como o Movimento pela Base, introduziu “[...] um modelo de gestão pública com influências do setor privado” (Barbosa, 2021, p. 97), configurando não apenas um apoio técnico, mas um redesenho das esferas de poder na elaboração curricular. A pseudoparticipação ficou evidente nas estratégias de consulta pública que, segundo Barbosa (2021, p. 98), “[...] iludiam acerca das tomadas de decisões e das execuções das ações”, enquanto as decisões reais eram tomadas em instâncias hierárquicas superiores, sem espaço efetivo para intervenção local. A regulação foi consolidada com o Documento de Orientação Curricular do Estado do Rio de Janeiro (DOC-RJ), homologado em 2019, que “reafirma mais os riscos de uma centralização curricular e de uma prescrição para o que significa ser professor e aluno” (Barbosa, 2021, p. 98), sem trazer inovações para a realidade das escolas fluminenses.

Já a pesquisa de Santana (2021) sobre o movimento de implementação do DOC-RJ complementa essa análise ao detalhar as tensões vividas na prática pelos atores locais. Segundo a autora, que integrou diretamente da equipe ProBNCC-RJ, os encontros formativos no MEC influenciaram fortemente a elaboração do documento estadual e a narrativa dos redatores revela um processo permeado por disputas e negociações. Apesar do discurso oficial de colaboração entre SEEDUC-RJ, UNDIME-RJ e CEE-RJ, as decisões fundamentais foram aceleradas pelo cumprimento da agenda federal, muitas vezes com pouca adesão na participação do público-alvo, especialmente devido ao curto prazo para finalizar as ações no período que antecedeu a pandemia. A adoção do termo “orientação curricular”, em vez de “documento curricular”, foi uma tentativa simbólica de abrir espaços de diálogo, mas na prática o processo seguiu sob pressão do MEC, com estados como o Rio de Janeiro destacados nas planilhas oficiais como pendentes de aprovação.

No Rio Grande do Norte, no município de Mossoró, segundo Oliveira (2022), a adoção integral do referencial curricular estadual mostrou um movimento de homogeneização das práticas formativas e das produções curriculares, apagando as particularidades regionais e escolares. A autora alerta que, embora o ProBNCC tenha buscado estruturar apoio técnico por meio de formações e pactuações entre as esferas administrativas, ele também reforçou uma lógica de “currículo comum” que reduz o repertório cultural local e condiciona as escolas a atenderem demandas alinhadas ao mercado econômico, em vez de atender às diversidades territoriais. Nesse cenário, os professores vivenciam a política simultaneamente como orientação e imposição, gerando um campo tensionado entre adesão, apropriação local e resistências cotidianas.

Já em Itajá/RN, Martins (2021) descreve um processo de implementação do ProBNCC destacando que o município, que carecia de um sistema educacional próprio até 2021, aderiu às orientações da SEE/C/RN e passou a realinhar seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) por meio de formações e encontros articulados entre Estado e município. Segundo Martins, as adaptações curriculares do PPP às escolas municipais de Itajá/RN aconteceram em processos dispareis e, apesar de certo espaço para adaptações locais, não houve encontros com os Conselhos Escolares para informar sobre a adaptação curricular proveniente da BNCC.

O estudo de Silva, Batista e Leal (2024) analisam como o ProBNCC atuou na Paraíba, destacando que, embora formalmente construído sob um discurso de participação e colaboração, o programa reforçou uma lógica centralizadora e prescritiva. Os autores mostram que o regime de colaboração previsto foi, na prática, um instrumento de indução federal, no qual o MEC, o CONSED e a UNDIME tiveram protagonismo, restringindo a autonomia local e transformando os estados em meros executores das diretrizes nacionais. Nesse sentido:

Tendo em vista a referida agenda, como fora visto ao longo desse artigo, encontra-se em seu bojo um grande potencial para aprofundar as desigualdades educacionais, seja através do esvaziamento do conteúdo da educação, do aligeiramento da formação e sua subsunção às necessidades do mercado; seja da desresponsabilização do Estado na prestação e garantia desse direito, o qual passa a ser explorado na forma de serviço por agentes empresariais. O ProBNCC é resultado e ao mesmo tempo promotor dessa agenda. (Silva; Batista; Leal, 2024, p. 16).

As pesquisas analisadas compuseram um panorama sobre a atuação do ProBNCC, oferecendo análises gerais das dinâmicas políticas envolvidas até investigações sobre contextos locais e práticas específicas. Esses estudos foram fundamentais para compreender os múltiplos sentidos e efeitos produzidos pela política, permitindo identificar padrões e contradições nas dinâmicas de indução, regulação e participação. A partir desse mapeamento, consolidou-se a análise da política, agrupando os principais impactos identificados nas pesquisas em torno de eixos centrais: a forte indução e regulação federal, a homogeneização curricular, os limites da participação democrática, os efeitos da pandemia na implementação, o caráter tecnicista das formações docentes, o avanço de redes político-empresariais na governança curricular e o deslocamento do debate pedagógico para uma lógica predominantemente técnico-administrativa.

ANÁLISE CRÍTICA DO PROBNCC

A atuação do ProBNCC evidencia uma dinâmica de indução e regulação por parte do governo federal reduzindo a autonomia de estados e municípios na construção de seus currículos. Como mostram os casos dos estados analisados, o programa combina apoio financeiro, técnico

e político, mas atrela isso a uma agenda e cronogramas definidos pelo Ministério da Educação. Isso gera um processo em que as redes estaduais e municipais muitas vezes assumem mais o papel de executoras do que de protagonistas, com pouco espaço para decidir os rumos pedagógicos de forma autônoma.

Esse desenho está explicitado na Portaria n.º 331/2018, que institui o ProBNCC, quando determina que o programa oferecerá “[...] assistência financeira às SEDEs, com vistas a assegurar a qualidade técnica, a construção em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios e a disseminação dos currículos elaborados à luz da BNCC” e que a adesão se dá mediante assinatura de Termo formal, comprometendo os estados ao “planejamento conjunto e à utilização dos recursos provenientes do Programa” (Brasil, 2018a, s.p.). Além disso, o Documento Orientador ProBNCC 2019 reforça que as equipes estaduais contam com apoio técnico e financeiro do MEC, incluindo “[...] assistência técnica que contempla equipe alocada no MEC para o apoio na gestão nacional do Programa” (Brasil, 2019a, p. 4). Dessa forma, embora o discurso oficial seja o de regime de colaboração, na prática as decisões fundamentais são conduzidas de forma centralizada, estabelecendo um campo de ação limitado para as redes locais e condicionando sua autonomia à adesão às diretrizes nacionais.

Esse cenário resulta em uma homogeneização curricular, já que o modelo prescritivo imposto pela BNCC e operacionalizado pelo ProBNCC define não apenas competências e habilidades mínimas, mas também orienta formas de implementação e acompanhamento. Embora os documentos orientadores do programa mencionem a possibilidade de adaptação local, fica claro que há um núcleo normativo obrigatório. O Material Complementar para a (Re)elaboração dos Currículos destaca que:

A BNCC traz as aprendizagens ano a ano na maioria dos componentes, portanto, por mais que variem as formas de organização, as habilidades da BNCC precisam ser respeitadas em todos os documentos curriculares, considerando a sua progressão ao longo da educação básica (Brasil, 2019b, s.p.).

Ou seja, apesar de sugerir caminhos, há uma padronização obrigatória que funciona como base fixa para todos os estados. Além disso, o mesmo documento indica que, mesmo com variações de apresentação (por bimestres, ciclos ou anos), “[...] a maioria dos documentos estaduais e municipais utiliza a organização ano a ano, assim como as referências internacionais de currículo, por favorecer o acompanhamento da progressão das aprendizagens” (Brasil, 2019b, p. 26). Dessa forma, os documentos locais acabam espelhando o formato federal, o que contribui para um movimento de uniformização curricular, reduzindo os espaços para abordagens regionais e culturais específicas nas redes estaduais e municipais.

Esse aspecto é ainda ressaltado no documento orientador de leitura de currículos dos estados no qual apresenta-se a Rubrica de leitura de currículos a partir de critérios importantes considerando a proposta da BNCC. Nessa proposta os leitores são convidados a olhar os documentos curriculares propostos e identificar se para aquele critério o documento está:

Figura 1 – Critérios de leitura de currículos dos estados

PONTO DE ATENÇÃO

ALINHADA À BNCC

AVANÇA A PARTIR DA BNCC

Fonte: Brasil (2018b).

Os documentos também mostram que há questionamentos importantes sobre a natureza democrática e participativa do processo de implementação do ProBNCC. Em muitos estados e municípios, as consultas públicas previstas foram tratadas mais como etapas protocolares do que como espaços reais de escuta e deliberação. No documento Orientações aos Conselhos, por exemplo, é indicado que:

Os currículos escolares [...] devem ter a BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB [...] as quais não podem ser consideradas como dois blocos distintos justapostos, devendo ser planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado” (Brasil, 2017, s.p.).

Na prática, porém, essa parte diversificada local nem sempre foi construída com participação efetiva das comunidades escolares. O próprio relatório do ProBNCC 2019 – Lançamento contabiliza os esforços de consulta pública destacando os números alcançados – “Respostas para as Consultas Públicas feitas na plataforma: 5.792.831; Municípios que participaram: 3.656” (Brasil, 2019c, p. 5) – mas não há dados sobre o impacto qualitativo dessas contribuições no texto final dos currículos. Dessa forma, as consultas funcionaram mais como uma legitimação formal do processo do que como um mecanismo democrático de escuta, gerando uma participação que muitos autores chamam de “pseudoparticipação”.

Nesse sentido, a pandemia de covid-19 também afetou a implementação do ProBNCC, alterando formatos de formação e pressionando redes estaduais e municipais a improvisarem soluções para manter o processo de alinhamento curricular. Embora os documentos orientadores oficiais do ProBNCC, como o ProBNCC 2019 – Lançamento (Brasil, 2019c), tenham sido elaborados antes da pandemia, eles já antecipavam desafios de execução, destacando a necessidade de “[...] garantir qualidade na formação continuada, com atividades práticas, significativas, com continuidade, seguindo as premissas do Guia” (Brasil, 2019c, p. 10). Com a chegada da pandemia em 2020, essas metas foram impactadas, obrigando muitas redes a transferirem formações presenciais para o formato remoto e a revisarem os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) em condições emergenciais.

No campo da formação docente, os documentos oficiais do ProBNCC reforçam uma lógica tecnicista e acelerada, centrada no cumprimento de metas quantitativas, muitas vezes em detrimento de processos reflexivos e críticos. O documento ProBNCC 2019 – Lançamento estabelece como objetivo para o Ciclo 2 “[...] formar os profissionais da educação das redes estaduais e municipais com relação aos novos currículos, alinhados à BNCC”, estipulando a meta de um “[...] mínimo de 30h de formação para 85% dos professores” (Brasil, 2019c, p. 8). Essa abordagem evidencia a ênfase em atingir índices e cobrir amplamente o território nacional, mas os relatos das pesquisas mostram que, na prática, os cursos oferecidos foram muitas vezes rápidos, padronizados e baseados em transmissão de conteúdos, deixando pouco espaço para discussões pedagógicas contextualizadas, críticas ou criativas. O foco instrumental, descrito como necessário para “[...] revisar os projetos pedagógicos das escolas [...] com relação aos novos currículos” (Brasil, 2019c, p. 8), acabou reforçando a lógica de formar professores para cumprir prescrições, e não para pensar coletivamente os sentidos e desafios da educação em cada realidade local.

Outro ponto crítico destacado nas análises é o surgimento e fortalecimento de redes políticas e parcerias público-privadas que passaram a influenciar diretamente a política curricular no Brasil. O próprio desenho do ProBNCC envolve, desde sua origem, a participação de atores

não estatais, como evidencia a Portaria n.º 331/2018, que institui o programa mencionando explicitamente “o apoio da sociedade civil, por meio de organizações” (Brasil, 2018a, s.p.). Esse apoio se materializou em ações desenvolvidas, por exemplo, pelo Movimento pela Base, Instituto Reúna e Todos Pela Educação, que não apenas contribuíram para a elaboração da BNCC, mas também passaram a fornecer consultorias, materiais, formações e plataformas digitais às redes estaduais e municipais. Assim, o espaço de decisão sobre os rumos da educação pública foi progressivamente compartilhado com organizações privadas e filantrópicas, ampliando a influência de lógicas de mercado. Esse fenômeno desloca o centro das decisões da esfera pública democrática para um campo híbrido, no qual interesses empresariais passam a orientar, de maneira direta ou indireta a escola pública brasileira.

Por fim, um dos efeitos mais preocupantes do ProBNCC é o deslocamento do debate pedagógico para um plano predominantemente técnico-administrativo, apagando disputas ideológicas e discussões substantivas sobre os sentidos da educação pública. Esse movimento fica evidente em iniciativas como as descritas no Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio, que prevê a contratação de consultores individuais para “monitoramento e avaliação educacional” com funções de “análise diagnóstica, elaboração de diagnósticos educacionais que subsidiem o planejamento e a execução do NEM” e “[...] acompanhamento do serviço das assistências técnicas relacionadas com a avaliação de processos e de impacto dos programas” (Brasil, 2021, s.p.). Embora a gestão por resultados seja apresentada como avanço técnico, ela tende a reduzir o debate pedagógico a dimensões gerenciais, vinculadas a indicadores, metas e relatórios, afastando-o de discussões sobre diversidade epistemológica, justiça social, construção cidadã crítica e emancipação. Como consequência, as escolas e professores passam a ser cobrados principalmente por sua capacidade de cumprir normativas e entregar resultados mensuráveis, em vez de serem reconhecidos como espaços centrais de debate e construção coletiva de sentidos sobre a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a atuação do ProBNCC nos desdobramentos das políticas curriculares voltadas à educação básica, com ênfase nas dinâmicas de indução, regulação e participação presentes no processo de reelaboração dos currículos estaduais. A análise destacou, nesse sentido, que o ProBNCC cumpriu papel central na indução e na homogeneização curricular, articulando apoio técnico, formativo e financeiro, mas operando por meio de mecanismos de regulação que limitaram a autonomia de estados, municípios e professores.

Observou-se ainda que o discurso da colaboração esteve presente nos documentos e orientações do Programa, mas, na prática, a participação deu-se de forma restrita, marcada por monitoramento, responsabilização e padronização de práticas. Nesse sentido, as pesquisas apontam que a atuação do ProBNCC, embora estruturante para os currículos estaduais, configurou-se predominantemente como política de indução centralizada, cujos impactos se expressam em tensões entre regulação, participação e autonomia no campo educacional brasileiro.

Destaca-se, contudo, que a concentração das produções analisadas em poucos contextos estaduais restringiu a compreensão da atuação do ProBNCC em realidades diversas do país. Além disso, a própria delimitação de espaço em um artigo impôs a necessidade de selecionar apenas parte do material encontrado. Nesse sentido, propõe-se que novas pesquisas apontem para a importância de ampliar as análises em estados ainda pouco investigados, bem como de

aprofundar pesquisas empíricas que articulem documentos oficiais, percepções de gestores e experiências docentes, de modo a construir uma compreensão mais plural dos efeitos do ProBNCC nas políticas curriculares da educação básica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Katia Pereira. **Os professores de educação física:** a prática pedagógica a partir da implantação do documento curricular de Roraima no Ensino Fundamental II. 2022. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista-RR, 2022.
- APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p.
- BALL, Stephen J. **The Education Debate.** 4. ed. Reino Unido: Bristol University Press, 2021. 284 p.
- BARBOSA, Maryane Marins. **BNCC no estado do Rio de Janeiro:** processo de reelaboração da versão nacional. 2020. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2020.
- BARREIROS, Débora; SANTOS, Maria. Ações Políticas e Regime de Colaboração em Prol da BNCC: O tal do pacto interfederativo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 26, n. 52, p. 196-218, 2022. DOI: 10.26694/rles.v26i52.3133. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/3133>. Acesso em: 11 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações aos Conselhos.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>. Acesso em: jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 331, de 5 de abril de 2018.** Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). 2018a. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTRARIA331DE5DEABRILDE2018.pdf>. Acesso em: jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Critérios de leitura – Rubrica validado.** Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/5._Criterios_de_Leitura__Rubrica_VALIDADO.pdf. Acesso em: jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador ProBNCC 2019.** Brasília: MEC, 2019a. Disponível em: https://www.gov.br/mec-divulga-mapa-das-mais-de-7-mil-formaturas-antecipadas-de-cursos-da-saude/pt-br/assuntos/eb/doc_orientador_probnc_2019.pdf. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Material complementar para a (re)elaboração dos currículos.** Brasília: MEC, 2019b. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **ProBNCC 2019 – Lançamento.** Brasília: MEC, 2019c. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio.** Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado>. Acesso em: jul. 2025.

COSTA, Eliane Araújo Xavier da. **Sentidos da prática docente no contexto da BNCC em escolas públicas no município de Mossoró/RN.** 2023. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2023.

COSTA, Graziela Martins Evangelista da. **Curriculum em movimento dos anos iniciais:** reformulação à luz da BNCC no Distrito Federal. 2022. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2022.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon; BUKOWSKI, Chaiane. Uma revolução controlada? A BNCC como política de centralização. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1676-1701, 2021. DOI: 10.23925/1809-3876.2021v19i4p1676-1701. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/52689>. Acesso em: 11 set. 2025.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. BNCC, agenda global e formação docente. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.995>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995>. Acesso em: 11 set. 2025.

JACOMINI, Márcia Aparecida; WELLEN, Hericka Karla Alencar de Medeiros; PERRELLA, Cileda dos Santos Sant'Anna; MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. Pesquisas estado da arte em educação: características e desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, e262052, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349262052por>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3fp5VFrtyzSBQnPpxTfYtMM/?lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2025.

LEMOS, Anaylla da Silva. **Sentidos construídos em torno da BNCC em escolas estaduais de Ensino Fundamental do município de Mossoró/RN.** 2023. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053143572>. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3572>. Acesso em: 11 set. 2025.

LIMA, Jaqueline Rabelo de; RIBEIRO, Luís Távora Furtado. Documentos Curriculares Estaduais: enfrentamento e disputas possíveis a partir da BNCC. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 24, 2069, 2024. DOI: 10.35786/1645-1384.v24.2069. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol24articles/lima-ribeiro.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

MACHADO, Ana Paula Silva; JESUS, Gislene Ribeiro de. Implementação do Novo Ensino Médio no Distrito Federal (2020-2022). **Educação & Ensino**, Fortaleza, v. 8, n.1, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.71136/ree.v8i1.628>. Disponível em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/628>. Acesso em 11 set. 2025.

MARTINS, Crisnara Avelino. **Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (PROBNCC)**: a adequação dos projetos político-pedagógicos em duas escolas municipais de Itajá/RN. 2021. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2021.

MARTINS, Crisnara Avelino; OLIVEIRA, Francisca de Fátima Araújo. A política do PROBNCC mediante a pandemia Covid 19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 53436-53456, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv.v7i5.30541>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30541>. Acesso em: 11 sep. 2025.

MEDEIROS, Daniela Gomes; SILVA, Sandra Cristina Vanzuita da. O ProBNCC e suas implicações para a formação continuada de professores. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPEd-SUL, 13., 2020. **Anais [...]**. Blumenau: ANPEd, 2020. Disponível em: <https://anais.anped.org.br/regionais/p/sul2020/trabalhos?page=7&sort=asc&order=Grupo%20de%20Trabalho>. Acesso em: 28 out. 2025.

MEIRA, Giovanni Iuliano; DALMON, Danilo Leite. Coordenação e Indução de Políticas Educacionais: O Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). In: Mérida Publishers. (org.). **Políticas e estratégias educacionais**. Canoas, RS: Mérida Publishers, 2021, p. 26-52.

NEGRÃO, Alice Raquel Maia; HORA, Dimair Leal da. A regulamentação e as primeiras ações de implementação da reforma do ensino médio pela Lei nº 13.415/2017 no Pará. In: SEMINÁRIO NACIONAL A REFORMA NEOLIBERAL DO ENSINO MÉDIO: TEMPOS DIFÍCEIS PARA A ESCOLA PÚBLICA, 1., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2021. p. 57-59.

OLIVEIRA, Marcia Betania de. Regime de colaboração e formação docente: práticas discursivas na produção política ProBNCC/RN. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, p. e23863, 2020. DOI: 10.18593/r.v46i.23863. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592021000102010. Acesso em: 11 sep. 2025.

OLIVEIRA, Marcia Betania; CANUTO, Mônica Barbosa; LEMOS, Anaylla da Silva. O Global Educational Reform Movement (GERM) e a BNCC: performatividade para formação e práticas docentes. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 74, p. 10-22, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.76015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/76015>. Acesso em: 11 set. 2025.

OLIVEIRA, Marcia Betania; DIAS, Rosanne Evangelista. Redes Políticas em prol de “fazer valer a BNCC, na prática”: a educação pública é de quem? *Currículo sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v. 22, e2181, 2022. DOI: 10.35786/1645-1384.v22.2181. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052023000300010. Acesso em: 11 set. 2025.

OLIVEIRA, Marta Priscila Costa Soares de. *Ações e tensões no contexto da prática: o PROBNCC para a educação infantil na rede municipal de Mossoró/RN*. 2023. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2023.

SANTANA, Ana Paula de. *O movimento de implementação da BNCC através do Documento de Orientação Curricular do Estado do Rio de Janeiro perante as produções curriculares com os cotidianos escolares*. 2021. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, 2021.

SANTOS, Geniana. Processos de ressignificação após a BNCC: aspectos da produção curricular em Mato Grosso. *Roteiro*, Joaçaba, v. 46, p. e23803, 2020. DOI: 10.18593/r.v46i0.23803. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-60592021000102011&script=sci_abstract. Acesso em: 11 set. 2025.

SANTOS, Jonaza Glória dos; BARRETO, Edson Matos; FONTANY, Suanam Glória. Currículo do novo ensino médio em Sergipe: reforma curricular e pandemia. In: SEMINÁRIO NACIONAL A REFORMA NEOLIBERAL DO ENSINO MÉDIO: TEMPOS DIFÍCEIS PARA A ESCOLA PÚBLICA, 1., 2021, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: [s. n.], 2021. p. 154-156.

SANTOS, Manoel Raimundo dos. *Referencial Curricular Amapaense: Narrativas de Professores/Formadores do PROBNCC/AP*. 2020. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP, 2020.

SANTOS, Marcio Antonio Raiol dos; SANTOS, Carlos Afonso Ferreira dos; SERIQUE, Nádia Passos; LIMA, Rafael Rodrigues. Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. *Revista Pesquisa Qualitativa*, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 202-220, 2020. DOI: 10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.215. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/215>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SENNETT, Richard. *O artífice*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVA, Francisco Thiago; PAULA, Alessandra Valéria de. O grau de adesão dos currículos subnacionais à BNCC. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 12, n. 35, p. 686-718, 2021. DOI:

10.26514/inter.v12i35.5950. Disponível em:
<https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/5950>. Acesso em: 11 set. 2025.

SILVA, Paulo Cesar Gomes da; BATISTA, Simone Vieira; LEAL, Cibelle Jovem
Implementação da Base Nacional Comum Curricular na Paraíba: Uma Análise do
PROBNCC. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. e71609, 2024. DOI:
10.15687/rec.v17i3.71609. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/71609> Acesso em: 15 jun. 2025.

VERAS, Kleylane Moraes. **O movimento da política de currículo na Rede Municipal de Fortaleza: o componente de Ciências da Base Nacional Comum Curricular**. 2022. 192f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2022.

| Submetido em: 22/07/2025
| Aprovado em: 19/09/2025
| Publicado em: 05/12/2025